

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL AO “AR LIVRE”: UMA ABORDAGEM ANCORADA NOS
PENSAMENTOS DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU**

**ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE “OPEN AIR”: AN APPROACH ANCHORED
IN THE THOUGHTS OF JEAN-JACQUES ROUSSEAU**

**EDUCACIÓN AMBIENTAL AL AIRE LIBRE: UN ENFOQUE ANCLADO EN EL
PENSAMIENTO DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-293>

Data de submissão: 30/08/2025

Data de publicação: 30/09/2025

Tathiane Scotton

Pós-Graduação Lato Sensu

Instituição: Unesp IB

E-mail: tathiane.scotton@unesp.br, tathiane.scotton@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8714-4336>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8433157992915383>

Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho

Doutorado

Instituição: Unesp IB

E-mail: maria.carvalho@unesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5295-5728>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6039026972914644>

Sueli de Fátima Caetano Coppi

Mestrado

Instituição: Unesp IB

E-mail: sueli.coppi@unesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0731-6499>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9497091440517482>

Juliana Maria Luccas Duarte Eigenheer

Mestrado

Instituição: Unesp IB

E-mail: juliana.duarte@unesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4445-1543>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9161868181840210>

RESUMO

A crise ambiental contemporânea exige novas formas de pensar a relação entre sociedade e natureza. Nesse cenário, a Educação Ambiental tem desempenhado papel fundamental na formação de sujeitos críticos e engajados. Este artigo discute a Educação Ambiental ao “ar livre” a partir dos fundamentos da Educação Ambiental Crítica e das contribuições filosóficas de Jean-Jacques Rousseau. Busca-se evidenciar como o pensamento rousseauiano, ao valorizar a experiência sensorial, a autonomia e a natureza como educadora, dialoga com práticas educativas que promovem a consciência socioambiental. A análise enfatiza a importância dessas práticas no contexto da Educação Infantil,

destacando a potencialidade da infância como terreno fértil para a formação de valores, sensibilidades e vínculos com o meio ambiente. Conclui-se que a educação ao “ar livre”, embora não seja a única via, constitui um caminho necessário e potente para a construção de uma sociedade que pode vir a ser mais justa e sustentável.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Rousseau. Educação Infantil. Natureza.

ABSTRACT

The contemporary environmental crisis demands new ways of thinking about the relationship between society and nature. In this context, Environmental Education has played a fundamental role in developing critical and engaged individuals. This article discusses "open-air" Environmental Education based on the foundations of Critical Environmental Education and the philosophical contributions of Jean-Jacques Rousseau. The article seeks to highlight how Rousseau's thought, by valuing sensory experience, autonomy, and nature as an educator, interacts with educational practices that promote socio-environmental awareness. The analysis emphasizes the importance of these practices in the context of Early Childhood Education, highlighting the potential of childhood as a fertile ground for the formation of values, sensibilities, and bonds with the environment. It concludes that "open-air" education, while not the only path, constitutes a necessary and powerful pathway for building a more just and sustainable society.

Keywords: Environmental Education. Rousseau. Early Childhood Education. Nature.

RESUMEN

La crisis ambiental contemporánea exige nuevas formas de pensar la relación entre la sociedad y la naturaleza. En este contexto, la Educación Ambiental ha desempeñado un papel fundamental en la formación de individuos críticos y comprometidos. Este artículo analiza la Educación Ambiental al aire libre, basándose en los fundamentos de la Educación Ambiental Crítica y las aportaciones filosóficas de Jean-Jacques Rousseau. El artículo busca destacar cómo el pensamiento de Rousseau, al valorar la experiencia sensorial, la autonomía y la naturaleza como educador, interactúa con prácticas educativas que promueven la conciencia socioambiental. El análisis enfatiza la importancia de estas prácticas en el contexto de la Educación Infantil, destacando el potencial de la infancia como terreno fértil para la formación de valores, sensibilidades y vínculos con el medio ambiente. Concluye que la educación al aire libre, si bien no es el único camino, constituye una vía necesaria y poderosa para construir una sociedad más justa y sostenible.

Palabras clave: Educación Ambiental. Rousseau. Educación Infantil. Naturaleza.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vive um cenário de intensificação da crise socioambiental, manifestada em diferentes eventos, tais como mudanças climáticas, degradação dos ecossistemas, poluição das águas e do ar, desmatamento e perda da biodiversidade. Esses problemas, resultantes de um modelo de desenvolvimento econômico baseado na exploração intensiva dos bens naturais transformados em recursos, revelam não apenas uma crise ecológica, mas também uma crise civilizatória. Nesse contexto, a educação tem sido constantemente evocada como um dos principais caminhos para promover a transformação social necessária à superação desses desafios.

Ao longo das últimas décadas, a Educação Ambiental consolidou-se como um campo de práticas sociais, de políticas públicas e de produção científica. Inicialmente, muitas iniciativas educacionais voltadas para a questão ambiental assumiam um caráter conservacionista, centrado na transmissão de informações sobre preservação e reciclagem e no ativismo ambiental. No entanto, a emergência de uma perspectiva crítica ampliou esse horizonte, compreendendo que os problemas ambientais não podem ser dissociados das questões sociais, culturais, políticas e econômicas que os produzem. Assim, a Educação Ambiental Crítica propõe não apenas sensibilizar indivíduos, mas também desenvolver uma postura de questionamento, emancipação e ação transformadora diante da realidade socioambiental (Guimarães, 2011; Carvalho, 2017).

Nesse debate, ganha relevância a discussão sobre os espaços e as metodologias que possibilitam uma educação mais significativa, conectada com a vida cotidiana e com o ambiente. Entre as propostas emergentes, a educação ao “ar livre” ocupa lugar de destaque. Essa abordagem parte da compreensão de que a natureza constitui não apenas um cenário, mas também um agente educativo capaz de provocar experiências sensoriais, cognitivas e emocionais fundamentais para a formação humana. Ao permitir que crianças e jovens vivenciem diretamente os elementos naturais — como o vento, a água, os sons dos animais e as transformações das estações —, cria-se a oportunidade de desenvolver um vínculo afetivo com o meio ambiente, condição essencial para a construção de valores ecológicos duradouros.

Esse entendimento dialoga com as reflexões de Jean-Jacques Rousseau, filósofo do século XVIII que propôs uma concepção inovadora de educação ao reconhecer a importância da natureza no processo formativo. Em sua obra “Emílio, ou da Educação” (1973), Rousseau defendeu que a criança aprende melhor pela experiência direta, pela observação e pelo contato com o mundo natural, em oposição à simples transmissão de conteúdos prontos. Para o autor, a educação deveria respeitar a infância como uma fase específica da vida, distinta da idade adulta, e investir em práticas que estimulassem a autonomia, a curiosidade e a sensibilidade da criança.

Assim, ao articular os fundamentos da Educação Ambiental Crítica com os princípios pedagógicos rousseauianos, abre-se um campo fecundo para pensar a Educação Ambiental ao “ar livre”. Essa perspectiva permite tanto resgatar o valor formativo da experiência sensorial e da vivência direta com a natureza, quanto compreender a educação como prática social voltada para a transformação das relações entre sociedade e ambiente.

O presente artigo tem como objetivo discutir de que maneira a filosofia de Rousseau pode inspirar e fundamentar práticas de Educação Ambiental ao “ar livre”, especialmente no contexto da Educação Infantil. Busca-se, portanto, refletir sobre as potencialidades dessa abordagem para a formação de sujeitos críticos, autônomos e ecologicamente responsáveis, considerando ao mesmo tempo seus limites e desafios no cenário educacional contemporâneo.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

A Educação Ambiental, ao longo de sua trajetória histórica, consolidou-se como um campo em constante disputa de significados e práticas. Desde a década de 1970, com a emergência do movimento ambientalista e a realização de eventos internacionais — como a Conferência de Estocolmo (1972), a Conferência de Tbilisi (1977) e, posteriormente, a Rio-92 —, diferentes concepções de educação ambiental passaram a coexistir, refletindo distintas visões sobre sociedade, natureza e desenvolvimento.

Entre essas concepções, duas grandes vertentes se destacam: a educação ambiental conservadora e a educação ambiental crítica. A primeira tende a adotar um enfoque técnico e comportamental, centrado na transmissão de informações e na mudança de atitudes individuais, como reciclar, economizar água e plantar árvores. Embora relevantes, tais práticas muitas vezes desconsideram as dimensões políticas, sociais e econômicas dos problemas ambientais, tratando-os como meros resultados da falta de conscientização ou de comportamentos inadequados dos indivíduos.

Por outro lado, a educação ambiental crítica surge como contraponto a essa limitação. Inspirada em perspectivas filosóficas e pedagógicas que enfatizam a emancipação e a transformação social, essa abordagem comprehende que a crise ambiental é também fruto de uma crise do modelo civilizatório, sustentado por práticas econômicas predatórias, pela desigualdade social e pela exploração da natureza como recurso inesgotável. Assim, para além da sensibilização, a educação ambiental crítica busca desenvolver nos sujeitos a capacidade de análise, reflexão e ação coletiva. Guimarães (2011) a define como um “processo educativo desvelador e desconstrutor de paradigmas da sociedade moderna e engajado no processo de transformação da realidade socioambiental” (p. 26).

Essa perspectiva crítica está profundamente vinculada ao contexto brasileiro, onde autores como Isabel Cristina de Moura Carvalho, Carlos Frederico Loureiro, Marcos Reigota e Philippe Pomier Layrargues têm contribuído para consolidar um campo teórico e prático que articula educação, política e ambiente. Segundo Carvalho (2017), a educação ambiental crítica tem como horizonte a formação do sujeito ecológico — um sujeito capaz de refletir sobre suas práticas cotidianas, posicionarse politicamente e adotar uma postura ética diante da vida em todas as suas formas. Essa noção rompe com a ideia de um sujeito apenas informado sobre questões ambientais, propondo uma formação integral que envolve dimensões cognitivas, emocionais e sociais.

Outro aspecto relevante é a compreensão de que a educação ambiental crítica não se limita ao espaço escolar, mas se configura como prática social. Layrargues e Lima (2014) ressaltam que ela está presente em movimentos sociais, políticas públicas, projetos comunitários e experiências pedagógicas diversas, o que evidencia sua natureza plural e dialógica. Contudo, quando transposta para o espaço escolar, a educação ambiental crítica encontra desafios significativos, como currículos engessados, pressões por resultados imediatos e a fragmentação disciplinar que dificulta a abordagem interdisciplinar dos problemas ambientais.

Mesmo diante desses desafios, a inserção da educação ambiental crítica na escola é fundamental, especialmente nos primeiros anos da formação das crianças. É nesse período que se constroem valores, sensibilidades e modos de perceber o mundo. Como destaca Loureiro (2004), a educação ambiental crítica deve “contribuir para a formação de cidadãos que compreendam os determinantes históricos da crise ambiental e se engajem na construção de sociedades sustentáveis e justas”.

Um elemento central dessa perspectiva é a ênfase no pensamento dialético. Guimarães (2004) argumenta que, para compreender a complexidade das questões ambientais, é necessário superar visões reducionistas e adotar uma abordagem que considere as múltiplas determinações da realidade. Isso significa que o processo educativo não deve propor respostas prontas, mas sim estimular a reflexão crítica, a problematização e a construção coletiva de alternativas.

Ao articular educação, crítica social e emancipação, a Educação Ambiental Crítica também dialoga com a pedagogia freiriana. Paulo Freire, ao propor a educação como prática de liberdade, inspirou uma geração de educadores a compreender a escola como espaço de diálogo, problematização e transformação social. Nesse sentido, a educação ambiental crítica se alinha a essa tradição, reconhecendo a importância de formar sujeitos ativos, capazes de intervir na realidade e não apenas de se adaptar a ela.

Essa base conceitual constitui o alicerce para refletirmos, nas seções seguintes, como o pensamento de Rousseau — ao valorizar a experiência sensorial, a autonomia da criança e a centralidade da natureza na formação humana — pode dialogar com os princípios da Educação Ambiental Crítica, especialmente quando aplicada em práticas ao “ar livre” no contexto da Educação Infantil.

3 A FILOSOFIA DE ROUSSEAU E SUA ATUALIDADE

Jean-Jacques Rousseau (1712–1778) é considerado um dos pensadores mais influentes da filosofia moderna e da pedagogia. Sua obra “*Emílio, ou da Educação*” (1762/1973) marcou profundamente a reflexão sobre a infância, a educação e a relação entre ser humano e natureza. Ao romper com a concepção dominante em sua época, que entendia a criança como um “adulto em miniatura”, Rousseau defendeu a valorização da infância como uma etapa singular do desenvolvimento humano, dotada de especificidades que merecem respeito e atenção. Essa visão representou uma verdadeira revolução pedagógica, ao deslocar o foco da educação da simples transmissão de conhecimentos para o cultivo da autonomia, da curiosidade e da experiência direta.

Para Rousseau, o ser humano nasce essencialmente bom, mas a sociedade o corrompe. Essa concepção de bondade natural contrasta com a visão pessimista de outros filósofos, como Hobbes, para quem o homem em estado de natureza seria marcado pelo conflito e pela violência. No entanto, Rousseau não ignora a complexidade da condição humana: reconhece que a vida em sociedade é inevitável, mas defende que a educação deve preparar o indivíduo para conviver de forma equilibrada, preservando sua sensibilidade e sua liberdade. Nesse sentido, a educação aparece como instrumento fundamental para o desenvolvimento integral da pessoa e para a construção de uma sociedade mais justa e harmônica.

Em seu livro, Rousseau apresenta um ideal pedagógico pautado na experiência sensorial e no contato direto com a natureza. O filósofo afirma que “as sensações são o primeiro material de nossos conhecimentos” (Rousseau, 1973, p. 44), defendendo que a criança aprende a partir da observação, da experimentação e da vivência prática. Essa concepção antecipa, de certa forma, debates atuais sobre metodologias ativas de aprendizagem, nas quais o aluno não é mero receptor, mas sujeito ativo do processo educativo.

Outro ponto central é a crítica de Rousseau à educação formal de sua época, caracterizada pela rigidez, pela repetição de conteúdos e pela ausência de diálogo com a realidade da criança. Para ele, uma educação que se limita à reprodução de ideias prontas transforma o indivíduo em mero seguidor, sem autonomia intelectual ou moral. Em contraposição, o filósofo propõe uma pedagogia que respeite

o ritmo natural da criança, que estimule sua curiosidade e que valorize o erro e a experimentação como partes do processo de aprender.

Essas ideias revelam a atualidade do pensamento rousseauiano, sobretudo em um contexto marcado por debates sobre a necessidade de repensar os espaços escolares e de promover experiências de aprendizagem mais conectadas com a vida real. A defesa da natureza como “melhor educadora” antecipa discussões contemporâneas sobre a importância do contato com ambientes naturais para o desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional das crianças. Como observa Chauí (1987), Rousseau reconhece no ser humano tanto os instintos que compartilha com os animais não humanos quanto a capacidade única de raciocinar, criar cultura e construir sociedade, ressaltando a complexidade da condição humana e sua relação intrínseca com o ambiente.

Essa visão dialoga diretamente com propostas da Educação Ambiental Crítica e da educação ao “ar livre”, que buscam reintegrar as crianças ao mundo natural como forma de cultivar valores de respeito, cuidado e responsabilidade ecológica. Ao propor que “viver não é respirar, mas agir” (Rousseau, 1973, p. 16), o filósofo destaca a importância da ação, da prática e do engajamento como condições para a formação humana. Essa ênfase na ação encontra ressonância na perspectiva crítica, que comprehende a educação como prática social transformadora e não apenas como acúmulo de conhecimentos.

A atualidade de Rousseau também pode ser percebida quando se analisa a crise ambiental do século XXI. Embora o filósofo não tivesse à sua disposição os dados científicos sobre degradação ecológica que possuímos hoje, sua intuição sobre a necessidade de uma educação em sintonia com a natureza revela-se extremamente pertinente. A valorização das experiências sensoriais, do contato com o ambiente natural e da autonomia do sujeito podem ser vistas como fundamentos para práticas educativas que busquem superar a alienação e a desconexão entre ser humano e natureza — características centrais da sociedade contemporânea.

Portanto, ao revisitarmos Rousseau, não se trata apenas de um exercício histórico ou filosófico, mas de um esforço para recuperar uma visão pedagógica que, apesar de formulada no século XVIII, mantém enorme relevância para os debates atuais em educação e meio ambiente. Sua crítica à educação tradicional, sua defesa da natureza como espaço formativo e sua concepção da infância como etapa singular da vida humana oferecem bases consistentes para pensar alternativas educativas diante dos desafios socioambientais contemporâneos.

4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL AO “AR LIVRE”: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS

A Educação Ambiental ao “ar livre” vem se consolidando como uma abordagem que busca reconectar crianças, jovens e adultos com a natureza, compreendendo-a como espaço privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens significativas. Diferentemente de atividades meramente informativas ou restritas à sala de aula, essa prática valoriza a vivência direta com o ambiente natural, estimulando os sentidos, a imaginação, a criatividade e a reflexão crítica.

A primeira dimensão a ser destacada é a dos espaços educativos. Diversos estudos (Dymant & Bell, 2008) demonstram que a ecologização dos espaços escolares — como a criação de hortas pedagógicas, jardins sensoriais, pátios verdes e áreas arborizadas — promove não apenas benefícios ambientais, mas também pedagógicos e sociais. Crianças que frequentam ambientes escolares mais verdes apresentam maior envolvimento nas atividades, mais oportunidades de movimento corporal, além de desenvolverem vínculos afetivos mais fortes com a natureza.

Nesse sentido, o espaço escolar deixa de ser apenas um local de transmissão de conteúdo para se transformar em ambiente de exploração, experimentação e convivência. O contato com plantas, animais, ciclos naturais e elementos climáticos possibilita experiências ricas, que estimulam a curiosidade e a indagação científica. Como defende Rousseau em sua obra, é a partir da experiência sensorial que a criança constrói seu conhecimento sobre o mundo. Ao observar uma semente germinar, sentir o cheiro da terra molhada ou acompanhar o voo de um pássaro, o estudante não apenas adquire informações, mas constrói um repertório de sensações, valores e significados que se integram em sua formação integral.

Outro princípio fundamental da educação ao “ar livre” é a valorização do corpo em movimento. Em ambientes naturais, as crianças têm a oportunidade de correr, subir em árvores, equilibrar-se em troncos, sentir diferentes texturas e explorar o espaço de forma mais livre do que em ambientes fechados. Essas experiências corporais são essenciais não apenas para o desenvolvimento motor, mas também para o fortalecimento da autonomia e da autoconfiança. A pedagogia rousseauiana, ao valorizar a ação e a prática, encontra aqui um campo fecundo de realização: aprender é, antes de tudo, experimentar o mundo com todos os sentidos e com o corpo inteiro.

Além do aspecto sensorial e corporal, a educação ambiental ao “ar livre” favorece o desenvolvimento da imaginação e da criatividade. Em contato com elementos naturais, as crianças inventam jogos, narrativas e brincadeiras, transformando pedras em casas, galhos em personagens e folhas em instrumentos musicais. Esse exercício criativo, que muitas vezes se perde em ambientes escolares excessivamente padronizados, é parte essencial da formação infantil e contribui para o desenvolvimento da capacidade simbólica, da empatia e da relação estética com a natureza.

Do ponto de vista pedagógico, a prática da educação ao “ar livre” exige um papel diferenciado do educador. Em vez de controlar cada detalhe da atividade, o professor atua como mediador e organizador de vivências, criando situações que provoquem a exploração ativa e a reflexão crítica. Como afirma Mello (2015), o educador da infância deve “propor vivências que provoquem a atividade das crianças” e organizar contextos de encontro com a cultura em suas diversas formas. No caso da educação ambiental, isso significa planejar experiências que promovam tanto o contato direto com a natureza quanto a problematização das relações sociais que afetam o meio ambiente.

Exemplos de práticas pedagógicas nesse sentido incluem:

Hortas escolares: além de ensinar sobre ciclos biológicos e alimentação saudável, podem problematizar questões como o uso de agrotóxicos, a agricultura familiar e a soberania alimentar;

Trilhas interpretativas: caminhadas em parques ou áreas verdes, nas quais os educadores estimulam a observação da fauna e flora locais, relacionando-as com conceitos científicos e discussões éticas;

Projetos de arte com elementos naturais: oficinas que utilizam folhas, sementes e pedras para a criação artística, estimulando a sensibilidade estética e o reaproveitamento de materiais;

Brincadeiras tradicionais ao “ar livre”: jogos coletivos que resgatam a cultura popular e incentivam a convivência comunitária.

Essas práticas não se limitam a uma dimensão técnica, mas são carregadas de intencionalidade pedagógica e política. A Educação Ambiental Crítica enfatiza que a experiência com a natureza deve ser também um momento de reflexão sobre os modos de vida contemporâneos, questionando o consumismo, a desigualdade no acesso a recursos naturais e a responsabilidade coletiva pela preservação ambiental. Assim, as atividades ao “ar livre” não se resumem a momentos de recreação, mas se constituem em práticas formativas emancipatórias, capazes de promover a conscientização e o engajamento das crianças.

Portanto, a Educação Ambiental ao “ar livre”, quando ancorada em princípios críticos e em bases filosóficas como as de Rousseau, contribui para a formação integral dos sujeitos, estimulando não apenas o conhecimento, mas também valores de respeito, solidariedade e responsabilidade socioambiental. Ao promover a vivência direta com a natureza e articular experiência, reflexão e ação, essa abordagem revela-se um caminho potente para enfrentar os desafios da crise ecológica contemporânea e para repensar o papel da escola na formação de cidadãos conscientes e transformadores.

5 EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e, por isso, desempenha um papel decisivo na formação integral das crianças. É nesse período, que compreende do nascimento aos cinco anos de idade, que se estruturam os fundamentos da personalidade, das relações sociais, dos valores e da forma de perceber o mundo. Nesse sentido, inserir a Educação Ambiental nesse contexto não é apenas uma possibilidade, mas uma necessidade diante dos desafios contemporâneos da crise socioambiental.

A relação da infância com o ambiente é marcada pela curiosidade, pela experimentação e pela ludicidade. Diferentemente do adulto, que muitas vezes enxerga a natureza como recurso ou como cenário, a criança se relaciona com ela de maneira sensível e direta: coleta pedras coloridas, observa formigas carregando folhas, sente prazer em brincar na terra ou em correr sob a chuva. Essas vivências, aparentemente simples, possuem enorme potência formativa, pois estimulam os sentidos, a imaginação e a capacidade de atribuir significados ao mundo.

Nessa perspectiva, a teoria de Rousseau mostra-se extremamente atual. Ao defender que a criança deve aprender pela experiência, pela observação e pelo contato direto com a natureza, o filósofo antecipa a importância das vivências ambientais para a infância. Para ele, a educação deve respeitar o tempo da criança, estimulando a autonomia e a curiosidade, e não apenas impor conteúdos prontos. A infância não é um estado de carência, mas uma etapa legítima e rica de descobertas.

Além disso, a Educação Ambiental Crítica traz elementos que ampliam esse debate ao enfatizar que o contato com a natureza não deve ser visto apenas como momento de lazer ou de contemplação, mas como experiência formativa que integra aspectos sociais, políticos e culturais. Como aponta Carvalho (2017), a formação do sujeito ecológico envolve não apenas o desenvolvimento da sensibilidade ambiental, mas também a construção de uma postura crítica diante das desigualdades e injustiças que marcam a relação sociedade-natureza.

A partir dessa compreensão, é possível afirmar que a Educação Ambiental na infância contribui para a formação de valores éticos e socioambientais, como o respeito à vida, o cuidado com os seres vivos e a valorização da diversidade natural e cultural. Também contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e críticas, assim como, ao observar fenômenos naturais, levantar hipóteses e buscar explicações, a criança inicia um processo investigativo que pode ser aprofundado ao longo da escolarização. Ainda pode colaborar com a promoção da saúde e do bem-estar, provendo o contato com ambientes ao “ar livre”, que favorece a atividade física, reduz o estresse e amplia a qualidade das interações sociais. E, além disso, pode auxiliar na construção da identidade e da cidadania, ou seja, ao

compreender-se como parte integrante da natureza e como sujeito responsável pelo ambiente, a criança desenvolve o sentimento de pertencimento e de responsabilidade coletiva.

Um aspecto relevante na discussão é o papel do educador da infância. Sua função vai além de transmitir informações; consiste em organizar situações pedagógicas que potencializem as descobertas infantis, ao mesmo tempo em que promovam a reflexão crítica. Como ressalta Mello (2015), cabe ao professor propor vivências que provoquem a atividade da criança e criar condições para que ela explore a cultura em suas diversas formas. Na Educação Ambiental, isso significa organizar passeios, explorar jardins, hortas ou parques, incentivar o brincar com elementos naturais e, ao mesmo tempo, estimular perguntas e diálogos que problematizem a relação entre sociedade e ambiente.

A implementação da Educação Ambiental na infância pode assumir diversas formas. Projetos de cultivo de hortas, oficinas de artes com elementos naturais, exploração de trilhas e parques próximos à escola, rodas de conversa sobre animais e plantas locais, ou ainda a incorporação de histórias e músicas que valorizem a natureza, são exemplos de práticas que articulam ludicidade, aprendizagem e criticidade. O importante é que essas experiências estejam integradas ao projeto pedagógico da instituição, de modo a não se configurarem como atividades isoladas, mas como parte de uma proposta educativa comprometida com a formação integral.

Assim, a Educação Ambiental na Educação Infantil, inspirada nas reflexões de Rousseau e na perspectiva crítica contemporânea, possibilita que as crianças construam desde cedo uma relação de pertencimento com o meio ambiente. Ao vivenciarem a natureza de forma sensível, investigativa e reflexiva, elas não apenas ampliam seus conhecimentos, mas também cultivam valores que poderão orientá-las em suas escolhas futuras. Dessa forma, a infância torna-se o terreno fértil para a construção de uma nova cultura socioambiental, mais justa, solidária e sustentável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou articular os fundamentos da Educação Ambiental Crítica com a filosofia de Jean-Jacques Rousseau, destacando a potencialidade da educação ao “ar livre” como caminho para a formação de sujeitos autônomos, críticos e ecologicamente responsáveis. Ao revisitar a obra Emílio, ou da Educação, foi possível perceber como Rousseau antecipou debates que hoje se mostram centrais: o respeito ao tempo da infância, a valorização da experiência sensorial, a importância da natureza como educadora e a crítica a um modelo de ensino baseado apenas na transmissão de conteúdo.

Esses elementos encontram ressonância na Educação Ambiental Crítica, que compreende a crise ecológica como expressão de um modelo civilizatório em crise, sustentado por práticas

predatórias e desiguais. Ao propor uma educação que vá além da sensibilização e que se constitua como prática social transformadora, essa perspectiva aproxima-se do ideal rousseauiano de uma educação voltada para a autonomia, a ação e o engajamento.

No contexto da Educação Infantil, a educação ambiental ao “ar livre” revela-se especialmente fecunda. É nesse período da vida que se estruturam os valores, as formas de perceber o mundo e as relações de pertencimento. Proporcionar às crianças experiências de contato direto com a natureza, seja por meio de brincadeiras, hortas escolares, trilhas interpretativas ou atividades artísticas, significa não apenas enriquecer seu repertório de vivências, mas também cultivar vínculos afetivos e éticos que poderão orientar suas escolhas futuras.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer os desafios e limites dessa abordagem. A realidade escolar, muitas vezes marcada pela falta de recursos, pela rigidez curricular e por ambientes empobrecidos de natureza, dificulta a implementação de práticas ao “ar livre”. Além disso, a crise ambiental e social não se resolve apenas por meio da educação, mas exige mudanças estruturais nas formas de produção, consumo e organização política. Ainda assim, a educação pode desempenhar um papel decisivo ao contribuir para a formação de sujeitos críticos e engajados, capazes de participar da transformação social necessária.

Como lembrou Rousseau (1973), a educação é uma “arte” e, por isso, nunca garante êxito absoluto, pois depende de múltiplos fatores que extrapolam a ação do educador. No entanto, essa incerteza não deve ser motivo de parálisia, mas sim de compromisso ético. Ao aproximar a criança da natureza, estimular sua autonomia e promover reflexões críticas sobre a sociedade, a educação ambiental ao “ar livre” aproxima-se, ainda que imperfeitamente, da meta de formar indivíduos conscientes de sua inserção no mundo e de sua responsabilidade diante da vida.

Dessa forma, a articulação entre Rousseau e a Educação Ambiental Crítica oferece não apenas um quadro teórico consistente, mas também uma inspiração prática para o presente. Recuperar a natureza como espaço educativo, promover experiências formativas emancipatórias e reconhecer a infância como etapa plena de potencialidades são tarefas urgentes diante da crise socioambiental que enfrentamos. A educação ao “ar livre”, ancorada nesses princípios, não é a solução única nem definitiva, mas representa um caminho possível e necessário na construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental e a Formação do Sujeito Ecológico. São Paulo: Cortez, 2017.

CHAUÍ, Marilena. Rousseau: Vida e Obra. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (Os Pensadores).

DYMENT, Janet; BELL, Anne. Grounds for movement: green school grounds as sites for promoting physical activity. *Health Education Research*, v. 23, n. 6, p. 952–962, 2008.

GUIMARÃES, Mauro. Armadilha paradigmática na Educação Ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (orgs.). Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Trajetórias e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

MELLO, Suely Amaral. Contribuições da teoria histórico-cultural para a educação da pequena infância. *Cadernos de Educação*, n. 50, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio, ou da Educação. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1973.